(TDAH) em adultos. Porto Revista de Psiquiatria clínica, v 33 (4); 188-194, 2006.

OSTI, A. As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor. 2004- Dissertação de Mestrado – Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação Campinas / SP, 2004.

PAIVA, M.G. V et al. Dificuldades de aprendizagem: enfoque psicopedagógico. São Paulo: Artes medicas, 2009.

ROSSI. L.R. Efeitos de um programa pedagógico comportamental sobre TDAH para professores do ensino Fundamental. Dissertação de mestrado da Faculdade de Ciências Programa de pós-graduação em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem da Universidade Estadual Paulista-UNESP, Bauru, 2008.

SILVA, A.F. V, Couto, I.C., França, J.A., Colares MFA. Percepções dos professores do ensino fundamental sobre as dificuldades de aprendizagem. Rev. Eletrônica de Letras, 2015.

SCHACHAR, R. et al.Neuropsychological performance in childhood OCD: A preliminary study. Depression and Anxiety, 27(4), 2010.

SKINNER,B.F.Tecnologia do Ensino,São Paulo: E.P.U.,1972.

TANGANELLI, M. S. Hiperatividade e distúrbio de déficit de atenção. São Paulo: Atlas, 2010.

TORGERSEN, T., Gjersen, B. Lesisng, M.B., Rasmussen, k.Optimal management of adhd in older adults.Neuropsychiatric disease and treatment, v.12, p79, 2016.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

ZANOTTO, M. L. B. Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. Em. HÜBNER, M. M. C., MARINOTTI, M. (Orgs.) Análise do comportamento para a educação. Contribuições recentes. 1a. ed., Santo André, SP:

ESETec Editores Associados, 2004.

ESTUDO SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SOLANGE SANTA EULÁLIA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e trazer reflexões a um tema atual, de grande relevância na educação e para sociedade, que tem sido debatido frequentemente na conjuntura política e no contexto educacional. Pretende-se trazer luz ao tema da educação inclusiva, analisando as políticas públicas voltadas a educação juntamente com as práticas pedagógicas que podem ser aplicadas e as que já estão implementadas. A abordagem adotada suscita levantar discussões sobre as possibilidades e desafios enfrentados com relação à educação inclusiva no Brasil, onde até 2003 havia uma classificação entre escolas regulares e escolas especiais. Após 2003, o Plano Nacional de Educação – PNE – adotou novas diretrizes que seriam necessárias para a inclusão dos alunos com necessidades especiais para as instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios e possibilidades; Educação inclusiva; Leis e diretrizes; Práticas pedagócicas; Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work aims to analyze and bring reflections on a current theme, of great relevance in education and for society, which has been frequently debated in the political context and in the educational context. It is intended to bring light to the theme of inclusive education, analyzing public policies aimed at education together with the pedagogical practices that can be applied and those that are already implemented. The approach adopted raises discussions about the possibilities and challenges faced in relation to inclusive education in Brazil, where until 2003 there was a classification between regular schools and special schools. After 2003, the National Education Plan – PNE – adopted new guidelines that would be necessary for the inclusion of students with special needs in educational institutions.

KEYWORDS: Challenges and possibilities; Inclusive education; Pedagogical practices; Public policy; Learning process.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será apresentado o tema de Educação Inclusiva no Brasil, discorreremos sobre as possiblidades de implementação de políticas inclusivas, leis, perspectivas e entraves encontrados no dia a dia no ensino escolar.

A princípio é importante destacar que a Educação é fortalecedor, empoderador e que emancipa cidadãos no mundo inteiro. É por meio dela que os seres humanos poderão compreender os seus direitos e com isso poder contemplá-los.

No Brasil há um forte empecilho quanto a implementação das políticas de educação inclusiva, já que estamos num país com uma abrangência territorial extensa são constatadas inúmeras desigualdades por região. Além das desigualdades regionais, onde são pouco efetivados os instrumentos para o alcance da educação inclusiva, enfrentamos as desigualdades étnicas e raciais que contribuem para exclusão e limitação do acesso de inúmeros cidadãos a rede de ensino.

Atualmente no Brasil, há um grupo que sofre com exclusão e falta de acesso a rede de ensino e até mesmo ao seu direito como cidadão, esse grupo representa 24% da população do país que possui algum tipo de deficiência.

Mesmo com a legislação e esforços para implementação efetiva de uma educação inclusiva, ainda lidamos com inúmeros questionamentos e incerteza. O caminho parece ser lento, enquanto a população cresce e necessita que seus direitos sejam efetivados. Sobretudo porque há muitas escolas que foram construídas há muito tempo e necessitam de reformas para o acesso daqueles que possuem alguma comprometida alguma capacidade física, além disso há pouco investimento para a capacitação dos professores e profissionais da rede de ensino. Estas são alguns dos empecilhos a serem trabalhos, pois precisamos extinguir esses obstáculos para que tenhamos uma educação de qualidade e inclusiva para todos e em todas as regiões do país.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No Brasil, a Educação é um direito voltado para todos. O sistema educacional no país até o início do século 21 desassociava a educação em dois tipos: alunos regulares e alunos especiais.

Em 2015 foi implementada uma lei de inclusão na educação brasileira, designada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que constam com diversas condições importantes para o avanço da inclusão no sistema de educação.

O Plano Nacional de Educação traçou metas que o país deve seguir para a efetivação das políticas de inclusão, promoção da acessibilidade e eliminação das barreiras encontradas para o avanço da educação inclusiva. Segundo Capelline e Rodrigues (2009):

O princípio da inclusão começa, então a exigir uma nova escola e uma nova sociedade, com atitudes e posturas diferentes, de maneira a garantir o direito ao acesso e permanência na escola e o direito de ser diferente sem ser rotulado, discriminado ou segregado (CAPELLINI; RODRIGUES, 2009, p. 357).

Abaixo, podemos traçar de uma forma breve o histórico das tentativas de políticas de inclusão no sistema educacional brasileiro:

1961 – Lei Nº 4.024.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)- A Educação de "excepcionais", deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade, (termo que não está mais de acordo com uso para referências a alunos com condições especiais).

1971 – Lei Nº 5.692

A segunda lei substitui a anterior da época da ditadura militar (1964-1985). No texto consta: "deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial". Conforme o texto, a lei não promovia a inclusão na rede regular de ensino, para isso a escola especial era o único caminho para essas crianças.

1988 – Constituição Federal

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

1989 – Lei Nº 7.853

O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

1990 – Lei Nº 8.069

Garantia o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

1994 – Política Nacional de Educação Especial

O texto propõe a chamada da integração instrucional, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os demais alunos.

1996 – Lei Nº 9.394

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afirma que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, assim como o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

1999 – Decreto Nº 3.298

O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, consolida as normas de proteção, onde o objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural do País. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

2001 – Lei Nº 10.172

O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, afirmava que a Educação Especial, como modalidade de Educação escolar, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino, para os diversos graus e tipos de deficiência.

2001 – Resolução CNE/CEB Nº 2

O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, como: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos.

2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002

A resolução tem como: diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Sobre a Educação Inclusiva, afirmam que a formação deve incluir conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2002 – Lei Nº 10.436/02

Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2005 – Decreto Nº 5.626/05

Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002.

2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

Documento elaborado pelo Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

2007 – Decreto Nº 6.094/07

Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. É destacado o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar as políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos.

2008 – Decreto Nº 6.571

Esta lei dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como: o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade.

2009 – Resolução Nº 4 CNE/CEB

Essa resolução é voltada para orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares.

2011 – Decreto Nº 7.611

O decreto Nº 6.571 de 2008 é revogado e são estabelecidas novas diretrizes, na lei fica determinado que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, impedindo a exclusão do sistema educacional. Determina que o Ensino Fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações de acordo com a meta de inclusão plena.

2011 – Decreto Nº 7.480

Até 2011, os rumos da Educação Especial e Inclusiva é vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

2012 – Lei nº 12.764

É instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)

Universalização para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilida-

des ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

2019 – Decreto Nº 9.465

Criação da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

2020 – Decreto N°10.502

É instituída a chamada a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Apesar de leis e diretrizes, a educação inclusiva sofre por muitos entraves em sua aplicação efetiva no sistema educacional, pois a teoria é muito bem estruturada, enquanto na realidade sua prática é bastante comprometida.

A educação inclusiva precisa estar pautada em cinco pilares:

- Todo ser humano tem como direito o acesso à educação;
- Toda ser humano aprende;
- O processo de aprendizado de cada ser humano é individual e singular;
- A convivência com outras pessoas no ambiente escolar traz benefícios a todos;
- A educação inclusiva diz respeito a todos numa sociedade.

A inclusão efetiva começa na necessidade de uma nova abordagem no ensino e uma nova visão da sociedade. A garantia e permanência na escola vêm da mudança de atitudes, maneiras e posturas de outros cidadãos, para o ser humano ter o direito de ser diferente e mesmo com isso, seja aceito, tenha seus direitos garantidos e não sofrer discriminação e segregação. Segundo Salto e Carneiro (2019):

A escola deve ser um espaço que valorize a diversidade dos sujeitos e que utilize de propostas e alternativas para que essas crianças sejam verdadeiramente incluídas, valorizadas e acolhidas. Ao contrário, serão apenas mais situações cotidianas em que suas potencialidades não são reconhecidas, tampouco estimuladas ao longo da vivência escolar. Carneiro (2012) explica que é na Educação Infantil que a inclusão escolar deve começar, através do acesso a um ambiente que ofereça “[...] também aos alunos com deficiência, desde a mais tenra idade, condições de se desenvolverem como cidadãos de fato e de direito” (CARNEIRO, 2012, p. 86). Ainda, ao promover a Educação Infantil inclusiva poderá ocorrer a formação de uma nova geração livre de preconceitos para com o outro (CARNEIRO, 2012), uma vez que tal geração trará em si uma formação ética, com a essência voltada em reconhecer o outro como sujeito. (SALTO; CARNEIRO, 2019, p.856).

Quando a sociedade em si não está preparada em lidar com os cidadãos com suas diferenças e que tenham necessidades especiais, tampouco uma instituição de ensino estará. As mudanças pragmáticas devem vir de Leis e Diretrizes, em que ór-

gãos possam cumprir o que é determinado para a inclusão e permanência de alunos na educação inclusiva, porém isso é pouco perto da dimensão que representa a sociedade num todo. Os alunos ao estarem numa escola de educação inclusiva serão preparados como todo outro cidadão, cumprirá deveres e deve ter seus direitos garantidos, sem sofrer segregação ou exclusão em que sua vida e visão de mundo sejam além de sua própria casa e escola. Segundo Andrade (2020):

Dessa forma, podemos afirmar que buscamos uma Educação Infantil que promova a formação de personalidade, de sujeitos ativos que aprendam a pensar, ouvir, argumentar com criticidade e fundamento, que saibam conviver com o outro respeitando as diferenças, sendo solidários em ações coletivas de cooperação. Sendo assim, a Educação Infantil deve receber total atenção por parte do poder público, sendo valorizada e cuidada como um investimento sustentável para a sociedade, já que sua oferta de forma pública, gratuita e de qualidade é dever do estado. A efetiva operacionalização das necessárias mudanças no cotidiano escolar para o atendimento das crianças com necessidades educativas especiais em creches e pré-escolas parte de duas considerações: a de que todas as crianças, sem exceção tem eficiências e deficiências em suas formas de se relacionar com o mundo e a de que devemos trabalhar para a ampliação de suas eficiências. (OLIVEIRA et al., 2012, p. 97). A escola inclusiva é aquela que integra e inclui a todos, considera o nível de possibilidades, limitações e respeita as diferenças, garantindo assim, a aprendizagem por meio de um ambiente rico em diferentes estímulos. (ANDRADE, 2020, p. 37).

Um dos maiores desafios enfrentados na educação inclusiva ou em outras formas de inclusão é o preconceito arraigado na sociedade. O preconceito nada mais é do que desconhecer o outro, a falta de conhecimento de quero outro ser humano merece o mesmo respeito que todos.

Ao não enxergar o outro como um cidadão que merece ter os mesmo direitos que todos os outros, a sociedade demonstra que tem pouca visibilidade e acolhimento com pessoas especiais no Brasil. Os seres humanos não são e nem serão iguais nunca, mas a forma de enxergar o outro pode mudar com conhecimento e políticas de inclusão na educação infantil e em diversos locais que promovam a inclusão. Segundo SEKKEL (2014):

Para alcançar os objetivos de uma educação inclusiva, o preconceito está entre as barreiras mais difíceis de enfrentar. Este consiste num prejulgamento, formado independentemente da experiência e da reflexão, que predispõe o indivíduo preconceituoso a agir em relação a alvos específicos (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson, & Sanford, 1965; Amaral, 1995; Crochík, 2006). Essa predisposição oferece resistência à mudança e se caracteriza como defesa psicológica contra um sentimento de ameaça de origem social. O preconceito é uma atitude que, dependendo das condições, pode manter-se oculta e estar em contradição com a ação manifesta. O preconceito, embora se manifeste no indivíduo, não é inato, o que leva à necessidade de refletir sobre o processo de socialização e buscar os determinantes presentes na cultura que levam à necessidade de aderir a ele (Crochík, 2006). A possibilidade de abertura à experiência com aquele que é alvo de preconceito parece ser o único caminho efetivo

para a superação dessa barreira. Assim o maior desafio da inclusão é a mudança de atitudes no sentido de criar uma predisposição para o acolhimento das diferenças. A ideia de acolhimento traz o sentido de cuidado, que pressupõe o reconhecimento e legitimação das necessidades de cada um, caracterizando-se como ação humanizada, contrária à indiferença presente no ambiente social. (SEKKEL; MATOS, 2014, p. 88).

As barreiras são muitas numa sociedade, enquanto no contexto educacional é necessário ações que possam englobar a inclusão de uma forma em que todos possam ter acesso nos diversos contextos que cada unidade escolar ofereça, além de acolher as diferentes necessidades e particularidades de cada aluno com sua específica deficiência. Já que são inúmeras, são particulares. Nenhum aluno é igual ao outro. Até mesmo os que não possuem necessidades especiais. Cada uma tem um caminho, trajetória e tempo de aprendizagem.

Este é um fato que precisa ser olhado com maior atenção pelos governantes, já que as práticas pedagógicas serão ineficientes se a administração pública não veja de uma forma global a inclusão, que vai desde a formação dos profissionais, as escolas adaptadas, uma rede de ensino que esteja aberta e voltada à inclusão. Desta forma a sociedade também mudará e terá novas percepções sobre a inclusão na educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em face da perspectiva abordada no presente trabalho, a metodologia necessária e adotada para a investigação e conclusão do artigo foi direcionada à pesquisa qualitativa, já que é um método indispensável e este tipo de estudo para chegarmos aos objetivos propostos. Segundo Souza (2021)

Ao resgatar a historicidade da educação inclusiva, é possível observar nos relatos de grandes estudiosos que os esforços pela consolidação do movimento da inclusão escolar não ocorreu sem lutas, e que tem como desafio até nos dias atuais estender a inclusão a um número cada vez maior de escolas. Portanto, pode-se afirmar que, à medida que as práticas pedagógicas inclusivas ganharem maior visibilidade, a sociedade em geral começará a entender os benefícios dos ambientes educacionais ao portador de necessidades educacionais especiais. Segundo estudos, antigamente, o atendimento às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais era realizado somente em escolas especiais. É o que podemos observar quando Biaggio afirma que: “(...) o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe consequências negativas e segregacionistas, pois se imaginava que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência” (BIAGGIO, 2007, p.21). Lentamente a sociedade começa a se mobilizar e se conscientizar que os portadores de necessidades especiais deveriam ser educados. E com o passar dos anos, é possível observar através das pesquisas, que as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais foram ganhando cada vez mais espaços na sociedade. A inclusão, em nosso país, vem sendo discutido há algum tempo e os princípios da educação inclusiva vêm ganhando força desde os anos 90. Movimentos e acordos internacionais foram fundamentais para impulsionar a criação de uma política educacional que contemplasse a educação inclusiva. (SOUZA, 2021, p. 26).

Este procedimento de pesquisa e análise possui um caráter exploratório, que busca compreender as interpretações de pesquisados da área e aspectos no contexto da educação brasileira na implantação e direcionamento das políticas de educação inclusiva.

Desse modo, esse estudo foi desenvolvido por intermédio de uma busca acurada sobre a educação inclusiva. A base busca foi por de livros, teses, artigos e publicações, que foram muito bem fundamentadas por profissionais que atuam direta ou indiretamente com o tema proposto e abordado. Fundamentado nessa nesse planejamento de pesquisa, o trabalho apresentou a interdisciplinaridade nas Ciências Humanas, pois foram analisados artigos das áreas de: Direito Humanos, Políticas Públicas e Educação. O método qualitativo, segundo Minayo (2010):

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2010, p. 57).

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado buscou com base em grandes publicações sobre o tema proposto, conduzir reflexões e difundir uma satisfatória compreensão sobre o panorama e entraves encontrados na implementação e efetivação da educação inclusiva.

Desse modo, podemos analisar que a educação inclusiva, se depara com diversas implicações que não estão apenas no alcance dos gestores da educação, docentes, coordenadores pedagógicos e diretorias de ensino, nos deparamos com pensamentos arraigados em dicotomizar crianças com necessidades especiais e também em políticas educacionais que visam atender as solicitações que vão além do ambiente escolar. Segundo Souza (2021):

Ao resgatar a historicidade da educação inclusiva, é possível observar nos relatos de grandes estudiosos que os esforços pela consolidação do movimento da inclusão escolar não ocorreu sem lutas, e que tem como desafio até nos dias atuais estender a inclusão a um número cada vez maior de escolas. Portanto, pode-se afirmar que, à medida que as práticas pedagógicas inclusivas ganharem maior visibilidade, a sociedade em geral começará a entender os benefícios dos ambientes educacionais ao portador de necessidades educacionais especiais. Segundo estudos, antigamente, o atendimento às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais era realizado somente em escolas especiais. É o que podemos observar quando Biaggio afirma que: “(...) o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe consequências negativas e segregacionistas, pois se imaginava que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência” (BIAGGIO, 2007, p.21). Lentamente a sociedade começa a se mobilizar e se conscientizar que os portadores de necessidades especiais deveriam ser educados.